

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UF

NEO-CORRELISMO E PERSPECTIVAS ELEITO
RAIS NA NOVA REPÚBLICA

MARIA ANTONIA ALONSO DE ANDRADE

TEXTOS UFPB - NDHR Nº 12

JOÃO PESSOA - OUTUBRO/35

UFPBNDiHR

INTRODUÇÃO

O estudo da estrutura de poder da Região Nordeste, ou de determinadas áreas geo-políticas da mesma, passa pelo entendimento do fenômeno político denominado "Coronelismo". A historiografia brasileira apresenta abundantes estudos que lidam com o coronelismo, definindo-o explicita ou implicitamente com diferentes abordagens que, numa leitura superficial, aparentam ser meros matices de interpretação.

Preocupados em abordar em profundidade o estudo da estrutura de poder paraibana defrontamo-nos com esta primeira dificuldade conceitual.

Os estados nordestinos em geral, e a Paraíba em particular, possuem estruturas de poder oligárquicas do tipo familístico.

Que relação teria esta estrutura com o fenômeno coronelista?

Este trabalho faz uma análise comparativa dos vários conceitos do coronelismo encontrados na historiografia, para depois construir o conceito de neo-coronelismo, correspondente ao surgimento de um novo e determinado relacionamento Estado-Região de corrente de sucessivas mudanças históricas.

Finalmente contempla-se o recente re-alinhamento partidário e político do Nordeste no limiar da Nova República.

A - O CONCEITO DE CORONELISMO, BASES PARA UMA RE-CONCEITUAÇÃO

Partiremos da análise comparativa do conceito de "coronelismo" encontrado em obras que já se tornaram clássicas ⁽¹⁾ sobre o tema para, uma vez sedimentado o conceito, verificar a sua propriedade quando utilizado para analisar a atual estrutura de poder da Região Nordeste ou de determinadas áreas da mesma.

Para Pang o título do "coronel" correspondia ao posto militar originado das milícias coloniais em fins do século XVIII, anterior portanto à época da Regência, onde Maria Isaura P. de Queiroz situa suas origens na Guarda Nacional.

O poder do coronel, sendo privado, foi patrocinado, desde o início da forma ao sócio-política brasileira, pelo poder público (Metrópole Portuguesa, Império) pela impossibilidade do mesmo controlar o território sem o seu auxílio. Assim, nunca houve oposição entre o poder privado e poder público mas complementariedade.

O coronel preenchia funções que posteriormente corresponderiam ao Estado, tais como justiça, proteção, assistência etc... Hoje, seria mais exato dizer que o sucedâneo do coronel, ainda compartilha com o Estado estas funções.

Para Pang o coronelismo é "um exercício de poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se ba

1 Vitor Nunes Leal - Coronelismo Enxada e Voto. Alfa-Omega, 1949.
Maria Isaura Pereira de Queiroz. O mandonismo local na vida política brasileira. Alfa-Omega, 1976.

Eul Soo Pang - Coronelismo e Oligarquias - 1889-1943. Civilização Brasileira, 1979.

Jean Blondel. As condições da vida política no Estado da Paraíba. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1957.

sejam no seu "coturno", sendo típico de um período de transição de uma nação agrária para uma industrial.

Para Maria Isaura P. de Queiroz seria "uma forma específica de poder político brasileiro da 1a. República, a forma assumida pelo mandonismo local na sua adaptação ao regime político de extensa base representativa. Apoiando-se em Blondel, percebe o coronelismo como uma estrutura de clientela política originada nos grupos de parentela. Sendo que, para Blondel, os moldes clientelísticos seriam mais relevantes para o Brasil (sobre o coronelismo na Paraíba na década de 50) e para Maria Isaura o clientelismo já se praticava na Bahia em fins do século XIX.

Sintetizando: para os autores acima referidos o coronelismo é uma forma de poder, típica de determinado período histórico brasileiro, de ajuste e transição entre a predominância do poder privado e a fase em que o Estado se faz presente mas não pode ignorar o poder privado anteriormente constituído.

A obra de Vitor Nunes Leal, apesar de mais antiga - data de 1949 - continua, a nosso ver, sendo aquela que define o coronelismo de maneira mais abrangente e substancial. Nela o coronelismo é entendido não apenas como uma forma de poder mas como o sistema político típico da 1a. República, dominado por uma RELAÇÃO DE COMPROMISSO entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

No momento em que surge o sistema representativo amplo mas permanece a mesma estrutura econômico-social, o poder central negocia o compromisso de coronelista porque precisa dos "rebanhos eleitorais" dos coronéis.

Este compromisso permeava toda a estrutura de poder nacional nos níveis municipal, estadual e federal: os chefes políticos locais davam incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, em troca recebiam do governo estadual carta branca nos seus municípios. Os governadores, aproveitando

as limitações jurídicas à autonomia dos municípios, montavam, em seu proveito, as oligarquias locais, fundando assim as oligarquias estaduais.

A política dos governadores foi exatamente o entendimento entre a União e os Estados fundamentada no compromisso oligárquico, que fez possível a política do "café com leite".

Segundo afirma Nunes Leal, como sistema, o coronelismo é tipicamente governista. A centralização e o fortalecimento do poder público consolidaram o coronelismo em lugar de destruí-lo porque o governo precisa dos votos que a rede de coronéis controlava. Inclusive, o Estado consolidou o sistema não atingindo a sua base de sustentação que era a estrutura agrária.

No que se refere as bases do coronelismo Pang e Maria Isaura minimizam a propriedade da terra como base do poder político, ressaltando que alguns coroneis não eram proprietários.

Pang assinala o comércio, a indústria e o carisma como bases do poder e Maria Isaura afirma que "a posse de bens de fortuna que não a terra superou não raro no Brasil o poder trazido exclusivamente pela posse da terra".

Para Blondel três canais levaram sucessivamente para o poder coronelístico: a fortuna, a parentela e as profissões liberais (médicos, tabeliões e advogados principalmente). Para Maria Isaura estes três canais não apareceram sucessivamente no tempo mas se deram juntos desde a Independência. Os "novos coroneis" de Blondel, cujo poder vinha da prática de suas profissões colocadas ao serviço da política, estavam, segundo Maria Isaura, integrados na estrutura já existente, ligados aos velhos coroneis pelo casamento ou outros laços.

Pang, Maria Isaura e Blondel fazem uma análise individualizada do poder de cada coronel ou de alguns deles, neste sen

tido podem minimizar a posse da terra como sendo uma das bases possíveis deste poder.

A análise de Nunes Leal, sendo de caráter global, estrutural, compreende o coronelismo como um sistema de poder cuja base é a estrutura agrária.

Com outra estrutura agrária, não concentradora poderia haver "coronéis" mas certamente não haveria sistema coronelístico.

Escrevendo em 1949, Nunes Leal afirmava que a "decomposição do coronelismo só acontecera com a alteração fundamental da estrutura agrária... mas os governos tem saído até hoje das classes dominantes com imprescindível concurso do mecanismo coronelista..." A questão não perdeu atualidade.

A estrutura agrária concentradora como que pré-determinou, em última instância, o sistema como um todo, concentrando o capital, os bens e as possibilidades de ascensão social. Assim deu-se uma associação frequente da propriedade fundiária com atividades agro industriais, comerciais e financeiras.

Sandra Maria Correia Bradley, analisando as modificações da estrutura de poder no município pernambucano de Vicência em 1977⁽²⁾, destaca o continuismo do poder oligárquico dos proprietários de terra "de vez que como grupo social tinham maiores facilidades de acesso ao sistema de poder estadual e federal e por isso maior facilidade de vitória nas eleições, sobretudo nas municipais... face as pressões resultantes de vários fatores vem abrindo o sistema e permitindo maior participação de não proprietários - comerciantes, funcionários e profissionais liberais - que muitas vezes são ligados a eles por parentesco natural ou civil e que se mostram integrados em sua ideologia e fiéis a seus objetivos. Neste sentido a sua participação se dá "C. ... com proporcionar liberdade de ação.

Não se trataria então da "ascensão da classe dominada mas da absorção da mesma pela classe dominante".

Uma vez definido o conceito de "coronelismo" a questão fundamental é saber até que ponto ele persiste, entrou em decadência ou sobreviveu com algumas modificações.

Cabê em primeiro lugar a observação de Maria Isaura de que as transformações da estrutura coronelista sempre se fizeram através de acomodações em que foram se incorporando as novidades. O desaparecimento do coronelismo é progressivo e irregular ou seja varia dependendo das Regiões, Estados e Municípios.

Segundo Pang as primeiras clivagens entre o "coronelismo" do Norte e do Sul se dão ainda na vigência do compromisso coronelista e da política dos governadores. No centro-sul, onde o Estado emerge antes como patrono (política de proteção ao café) o controle sobre os coronéis do PR era maior, eles eram mais obedientes ao partido. A estrutura partidária era mais forte e a presença do Estado maior. Em suma o coronelismo se institucionalizava.

No Norte, a presença do Estado sendo mais fraca se deu uma maior canalização das massas para o coronel. Os coronéis, afirma ainda Pang, seriam mais individualistas, seu prestígio se deveria não tanto ao seu status na estrutura partidária estadual mas à sua capacidade pessoal.

A revolução de 1930 foi considerada por muitos como o fim do coronelismo, ou ao menos como o marco de sua decadência.

As várias interpretações, que não cabe aqui analisar, variam desde o entendimento de 1930 como a revolução burguesa brasileira, como contra revolução cujo fruto final seria o Estado Novo de 1937, passando pelas análises de 1930 como resultado de cisões oligárquicas que derivaram para um movimento reformista.

Politicamente, 1930 foi um ajuste promovido por um "conglomerado liberal" que incluía facções da oligarquia. Ajuste necessá

rio para contornar cisões oligárquicas no bojo da crise do café que colocou em xeque não só a hegemonia da burguesia cafeeira como todo o equilíbrio do sistema partidário.

Nesta conjuntura o Estado assumiu o papel de classe dirigente que normalmente caberia à burguesia industrial, a época uma classe em gestação.

O chamado "Estado de compromisso" de Vargas tentaria conciliar os diversos interesses das facções de classe integrantes do conglomerado liberal, implantando porém um projeto econômico-político que privilegiava a nascente burguesia industrial na medida que patrocinou os meios institucionais e materiais necessários para a implantação de uma indústria de base autônoma.

O operariado, igualmente emergente, foi contemplado com a legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Criou-se o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho porém os sindicatos foram verticalizados e atrelados ao governo.

Os tenentes foram aliçados logo do poder mas, como as classes médias, viram atendidas suas reivindicações quanto a implantação do voto secreto e outros instrumentos da democracia liberal.

A oligarquia agrária seria atendida no seu interesse fundamental: a estrutura agrária permaneceu intocada e a legislação trabalhista dirigida ao operariado não beneficiou ao trabalhador rural.

Por outro lado o Estado aperfeiçoou sua máquina tecnoburocrática e centralizou suas funções.

Em 1930 o coronelismo é liquidado como sistema de poder e governo, porém, não acaba o poder dos coroneis nem desaparecem as oligarquias que permaneceram como classes dominantes nas suas áreas de influência.

(3)

Como afirma Boris Fausto não havia incompatibilidade entre os interesses da burguesia e os interesses oligárquicos. O capital proveniente do café foi aplicado na industrialização e as oligarquias nordestinas, vendo seus interesses econômicos fundamentais preservados se acomodaram no novo sistema negociando seu poder eleitoral, sua experiência e "savoir faire" políticos.

Não é por acaso que o Nordeste em geral, e particularmente estados inexpressivos economicamente como a Paraíba, tem fornecido quadros políticos de expressão nacional num número desproporcional a seu peso dentro da federação.

A escolha de Epitácio Pessoa para a Presidência da República em 1919, uma exceção em pleno "café com leite", apoiado pela oligarquia do Rio Grande do Sul, foi um prenúncio das reacomodações oligárquicas de 30, significando a aliança de um estado de pujante desenvolvimento econômico, o Rio Grande do Sul, que reclamava seu lugar no esquema federal de poder, com o bloco regional nordestino, decadente economicamente mas o único parceiro político possível dada sua tradição e peso político dentro da federação.

O mesmo significado teria o convite a João Pessoa para formar com Vargas a chapa da Aliança Liberal. Nota-se que antes foram sondados Estácio Coimbra, Presidente de Pernambuco, e o senador Paulo Frontin; Ambos declinaram o convite em função de amizade pessoal que dedicavam ao Presidente da República Washington Luis.

Tratava-se uma aliança tática. A Paraíba representava o Nordeste numa alusão clara a necessidade de união frente a hegemonia de São Paulo. A escolha final de João Pessoa deveu-se a força e ao prestígio do epitacismo no momento inicial da rearticulação de facções da oligarquia nacional contra a política do Catete.

Pang observa que a oligarquia se adapta às mudanças sem declinar seu poder nos respectivos estados: em Pernambuco houve uma

"estabilidade familiar", na Bahia aparecem os "coroneis burocratas" com Juraci Magalhães e após 1933 houve um fenômeno de "circulação" das elites no poder. Em Minas Gerais os coroneis burocratas já dominavam antes de 1933.

Na Paraíba a recomposição oligárquica, chamada de "pacificação política", começou logo na segunda interventoria, de Gratuliano Brito, patrocinada por José Américo e Argemiro de Figueiredo, Secretário Geral de Gratuliano, espécie de elo entre os liberais e os perrepistas, dadas as suas origens político-familiares. (4)

As principais causas de "decadência do coronelismo" frequentemente apontadas são: os processos de industrialização e urbanização e as conseqüentes polarização do trabalhador rural, a facilidade de acesso aos meios de comunicação e o voto secreto. Estes fatores tanto teriam estimulado a conscientização como ajudado a quebrar a dependência das massas rurais. Na realidade o coronelismo, enquanto sistema de poder e governo, foi extinto quando a industrialização brasileira ainda estava engatinhando.

Os coroneis e oligarquias, sobreviventes à extinção do sistema coronelista, tem conseguido se acomodar a estes agentes de decadência que minam o seu poder nas próprias áreas de influência, seja no âmbito local, estadual ou regional.

O voto secreto limitou o uso da violência política e obrigou a barganhar os votos. O clientelismo político assimilou a velha prática de troca de votos por favor da República Velha. Sobre tudo o voto passou a ser comprado com dinheiro, embora esta modalidade, atualmente mais expressiva, conviva ainda com o antigo esquema de "promessas-ameças-voto" (5) típica do chamado voto de cabresto.

4 Argemiro de Figueiredo era filho tradicional família perrepista campinense porém formara com os liberais desde a primeira hora.

5 Maria Auxiliadora Ferraz de Sá. Dos Velhos dos Novos Coroneis. PIMES. UFPB.

A oligarquia acompanhou o processo de industrialização penetrando no mercado financeiro na forma de sociedades limitadas e/ou anônimas juntamente com os capitais nacionais e externos.

Como assinala Maria Isaura, quanto mais rica a região maior a diferenciação e estratificação social em camadas, maior o desaparecimento da "parentela"⁽⁶⁾ e mais forte o poder da oligarquia.

Segundo esta autora teria se rompido a solidariedade vertical e se fortalecido a horizontal, ou seja teria havido aproximação e aliança das camadas superiores das "parentelas" antes inimigas, por exemplo: alianças econômicas entre fazendeiros da Bahia e produtores de mate, entre a oligarquia nordestina e os banqueiros do Sul, investimentos no café, ou na nascente indústria de São Paulo etc...

Alguns coroneis permaneceram no exercício direto da política, outros as transferiram para seus prepostos, sem com tudo deixar de controlar o processo político nas suas bases eleitorais.

Mesmo nos casos em que o poder da oligarquia, dos grupos de parentela, se desgastou tendo diminuído seu nível de influência, ainda permaneceu o município como o grande reduto de poder do coronel.

Hoje, tendencialmente, o sertão nordestino parece ser o grande bastião coronelista, aquele que talvez resistirá por mais tempo as mudanças.

6

Para Maria Isaura a "parentela" compreende apenas o grupo familiar oligárquico. Para uma concepção mais abrangente das origens antropológicas da oligarquia nordestina, ver o conceito de "família extensiva patriarcal" in Linda Lewis - Política and Parentela in Paraíba - Case Study of Oligarchy old República "Columbia University. 1975.

B - O NOVO PACTO DAS ELITES

O poder do coronel e das oligarquias não pode ser considerado propriamente como decadente. No Brasil este poder é um componente constante da República, indissociável do sistema representativo, forte na medida em que conserva seu poder de angariar votos, preservado na medida em que as modificações econômicas e políticas não atingiram basicamente a estrutura agrária nordestina.

No sistema pós-64, estabeleceu-se uma espécie de pacto não explícito entre o poder central e as elites nordestinas. O bloco regional funcionou como sustentáculo eleitoral do sistema emprestando-lhe legitimidade, legitimidade que não encontraria nas áreas mais desenvolvidas e politizadas do país, o que foi plenamente confirmado pelas eleições de 1982.

Criou-se uma espécie de inter-dependência entre o poder central e a Região Nordeste: a condição periférica da Região e a dependência dos governos estaduais do governo federal corresponde uma total dependência do "capital" político-eleitoral nordestino por parte do "establishment" governamental. (7)

A subordinação do nível local e estadual de poder ao governo central se deu pela via dos mecanismos econômicos e fiscais, mas o "coronel" conserva sua função eleitoral e, como no passado, o sistema precisa de seus votos.

Em 1964 se acirra o processo de centralização e fortalecimento do poder do Estado. Assim como não há incompatibilidade entre o sistema capitalista e a persistência de relações não capitalistas, que o próprio capitalismo não só assimila como gera, não há incompatibilidade entre o fortalecimento e centralização do Estado e a permanência, e até o fortalecimento, do po

⁷ Maria Antonia Alonso de Andrade. Clientelismo e Máquina Estatal nas eleições de 1982 - Textos UFPB/NDIHR. Nº 8. pag. 9.

der dos "coronéis". Isto se verificou ao longo da evolução histórica brasileira; o que houve em 1964 foi uma dimensão ampliada do processo.

Com o fim do sistema autoritário e o advento da "democracia liberal" plena a situação não se modificará substancialmente enquanto a estrutura econômica regional for mantida.

A preservação do mandonismo local é um reflexo das relações sócio-econômicas da Região enquanto estas relações forem mantidas, as oligarquias e os "coronéis", mesmo tendo perdido sua posição hegemônica, continuarão sendo um dos componentes do bloco de poder, onde se inserem de forma subordinada.

Neste sentido a "Nova República" só será realmente "nova" se realizar a Reforma Agrária.

A intocabilidade da estrutura agrária foi, como vimos, a contrapartida das oligarquias nordestinas nos antigos pactos entre as elites nacionais. No momento em que uma verdadeira Reforma Agrária fosse implantada o pacto social estaria rompido e o Brasil entraria numa nova era política.

Vale a pena refletir sobre o significado de Sarney, um nordestino, legítimo representante da velha ordem, como Vice de Tancredo Neves; na ironia histórica que representa atualmente sua figura na Presidência da "Nova República".

As dificuldades para a implantação da Reforma Agrária surgiram assim que foi divulgada a proposta do 1.º PNRA ⁽⁸⁾.

O documento informa que os latifúndios somam no Brasil 409 milhões de hectares, sendo que, 41% de sua área aproveitáveis não é explorada. Os latifundiários, afirma também o documento, são os maiores devedores de tributos rurais ao Estado e ao município.

Baseado nesses e outros dados estatísticos e assumindo'

a concepção de Reforma Agrária do Estatuto da Terra, a proposta do 1º (9) PNRA define o latifúndio brasileiro como improdutivo e diferencia (10) a Reforma Agrária da colonização e da política agrícola. A R.A. seria realizada em "áreas de domínio provado situadas em regiões já ocupadas, dotadas de infra-estrutura, com densidade demográfica apreciável, onde prevalecem graves distorções da estrutura agrária e tensão social... essas terras mantidas à margem do processo produtivo, situadas em regiões beneficiadas pelos investimentos públicos realizados nos últimos 50 anos na construção de toda uma infra-estrutura econômica e social, e que serão objeto da ação prioritária da Reforma Agrária que se pretende implantar" (11).

As terras públicas seriam utilizadas apenas na colonização, as propriedades privadas, na Reforma Agrária. A Reforma Agrária pretende ser uma nova política cujo principal instrumento seria a desapropriação por interesse social.

A forte reação dos proprietários rurais fez com que (12) o Presidente do INCRA, José Gomes da Silva e o próprio Presidente da República, afirmassem, respectivamente, que a Reforma Agrária atingiria "apenas as áreas dos latifúndios aproveitáveis não utilizadas" e que os "latifúndios produtivos" não seriam afetados pela Reforma Agrária.

9 Proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA - MIRAD. Brasília. Maio de 1985. Págs. 6 e 29.

10 Op. cit. pg. 7.

11 Op. cit. págs. 7 e 36.

12 O debate em torno do 1º PNRA da Nova República: explicações necessárias. MIRAD/INCRA. Brasília. junho de 1985.

Estas posições supõe uma contradição e um recuo em relação a Proposta do 1º PNRA que, baseado no Estatuto da Terra, considera o latifúndio brasileiro, por definição, como improdutivo e incapaz de cumprir sua função social (13).

São os sinais evidentes das contradições inerentes ao sistema político-social da Nova República que não é tão nova assim. O poder dos donos da terra, numa estrutura agrária crescentemente concentradora, os situa ainda e sempre no seio do bloco de poder.

13 1º PNRA p. 4. Para uma visão crítica do documento ver: Reforma Agrária, um feitiço que pode virar contra o feiticeiro. Pompeu Accioly Borges, Revista Brasileira de Tecnologia, Maio/junho, 1985, e "A máquina avariada". Revista Veja, 10 de julho de 1985.

O Estado desempenha um duplo papel dialético: como agente econômico patrocina a penetração capitalista no agro-nordestino, como agente político, procura a sua legitimidade ⁽¹⁴⁾. Esta legitimidade é testada em cada eleição.

No pós-64 as eleições tomaram feição plebiscitária, motivo pelo qual o governo montava refinados casuísmos legais para escantear possíveis tendências oposicionistas. A oligarquia nordestina foi a constante aliada do sistema pós-64, privilegiar seu voto foi a principal razão do voto vinculado.

A política econômica do governo nas últimas décadas, sobretudo na década de 70, veiculando o capitalismo tenderia, em teoria, a longo prazo, a minar o poder das oligarquias e dos "coronéis".

Até o presente momento e contrariando ou ao menos adiando a esperada decadência do seu poder, as elites políticas nordestinas, predominantemente familísticas, remanescentes das antigas oligarquias, tem sido habilidosas em manipular e reverter em seu favor todos os instrumentos econômico-financeiros que o Estado pós-64 implantou.

Os grandes pecuaristas nordestinos abocanharam 90% dos incentivos fiscais e financeiros. Entre 75 e 90% do volume total do crédito subsidiado foi concedido a médios e grandes proprietários, sendo que 40% deste volume foi concedido a 1% dos maiores produtores' ou seja aproximadamente 10.000 proprietários que representam 6,27% do total de estabelecimentos agrícolas do Nordeste ⁽¹⁵⁾.

14

Ver Marcel Burztin. O Poder dos Donos, Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Ed. Vozes. 1983.

15

Ver Maria Antonia Alonso de Andrade. Op. cit.

Os chamados Programas Especiais (PIN, PROTERRA, POLO-NORDESTE, SERTANEJO etc...) na medida em que utilizam para seu funcionamento os incentivos fiscais e financeiros e o crédito subsidiado vem reforçar o enriquecimento dos médios e sobretudo grandes proprietários, a concentração e valorização fundiária, a queda da produção de gêneros básicos e o êxodo rural.

Isto sem falar nas verbas da emergência, manipuladas tradicionalmente pela oligarquia na rendosa "indústria das secas".

Para atender às necessidades da política centralizada do Estado e fazer funcionar os numerosos projetos e programas governamentais criou-se uma gigantesca máquina tecno-burocrática que, com suas verbas e empreguismo, tornou-se uma nova base de poder para a elite política.

Surge assim a figura do neg-coronel, fruto das sucessivas adaptações do velho coronel às mudanças que vem se processando a partir do momento em que o eixo econômico se deslocou do Nordeste para o Centro-Sul e cujo perfil se consolidou no pós-64.

Houve uma espécie de "seleção natural" que alijou os indivíduos e/ou oligarquias tradicionais que por diversas razões não conseguiram se adaptar as novas condições econômicas e políticas. Estas razões variam desde a extinção física de velhos coronéis cujos descendentes ou parentes não tinham vocação para a política, até casos de decadência econômica ou de alternância / substituição na liderança por outros ramos da oligarquia.

Porém, a elite política nordestina ainda tem em boa medida suas raízes nas velhas oligarquias familísticas oriundas da Velha República.

(16) "O novo neo coronel é um misto de moderno empresário e de coronel. Como empresário modernizou-se ou soube fazer uso do

instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo; Conseruvou porêm velhos traços do antigo coronel no que se refere as suas práticas políticas.

No Nordeste o peso dos municípios interioranos, redutos de governismo e clientelismo abafa a tendência modernizante e oposicionista das áreas urbanas.

O próprio conceito de rural e urbano na Região é discutível dadas as características sócio-econômicas da maioria de suas cidades.

O neo coronel é uma espécie política resistente, porque depurada. Usufriui não raramente de uma velha tradição política familiar e, através de uma bem montada rede de composições políticas, elege representantes de seus interesses nos níveis municipal, estadual e federal.

As eleições de 1982 no Nordeste evidenciaram as características do novo pacto elitista que chamamos de neo-coronelismo, típico do período pós-64 e caracterizado pela interdependência entre o bloco regional nordestino e o poder central.

O neo-coronelismo, como o velho coronelismo, também é tipicamente governista.

A questão é saber se o pacto será renovado na Nova República.

D - O NEO-CORONELISMO E A NOVA REPÚBLICA

O pós-64 interrompeu as perspectivas políticas da redemocratização de 1945 no sentido do pluripartidarismo, de um novo equilíbrio de forças do papel dos pequenos partidos, da diversificação ideológica etc. . .

O artificialismo do sistema bi-partidário juntamente com o crescimento da centralização e do intervencionismo estatais formentaram o governismo, sem o qual o político nordestino dificilmente poderia sobreviver.

Mesmo o partido oposicionista foi não raro patrocinado pelo próprio poder central que chegou ao requinte de incentivar oposições confiáveis (ex. Rui Carneiro na Paraíba como líder do MDB),

O governismo nordestino é hoje praticamente compulsório, se fundamenta em profundas raízes estruturais historicamente constituídas, e é reforçado pela situação de dependência econômica dos governos a respeito do poder central.

Foi o que se viu quando, com uma única exceção, a do governador da Paraíba, todos os governadores nordestinos aderiram à candidatura de Tancredo Neves, quando o quadro nacional ficou definido a seu favor .

17

Mesmo assim a esposa do governador paraibano, D^a. Lucia Braga, Presidente da FUNSAT, e a filha do casal, se pronunciaram publicamente a favor da candidatura de Tancredo Neves. Após ter desfrutado da generosidade dos últimos tempos do governo Figueiredo, Wilson Braga filiou-se ao Partido da Frente Liberal. Seu opositor, o ex-governador Tarcísio Burity, que arriscara a sua carreira política apoiando Tancredo desde as primeiras horas, viu-se alijado da liderança do PFL no Estado, filiou-se ao PTB, apoiando Marcus Odilon, candidato deste partido à Prefeitura da Capital. Braga, amigo pessoal de Sarney, acomodou-se na Nova República que já concedeu à Paraíba 170 bilhões de cruzeiros (Veja, 7 de agosto. 1985. p. 51).

O Bloco Nordesteino, como um todo, percebendo que o regime chegara ao fim, alinhou-se com a nova situação. Com a morte de Tancredo e a ascensão de Sarney a Presidência da República as elites nordestinas sentiram-se definitivamente acomodadas no novo governo. Grande parte dos integrantes do antigo PDS filiaram-se ao PFL, compondo a chamada Aliança Democrática.

Face as eleições municipais de 15 de novembro de 1985 a Aliança Democrática foi mantida apenas em quatro estados, dos quais dois nordestinos: Sergipe e Paraíba⁽¹⁸⁾. No Recife o PFL apoia o candidato vitorioso na convenção do PMDB, Sérgio Murilo. A convenção vetou a coligação com o PSB, cujo candidato, Jarbas Vasconcelos, tem o apoio de mais de 70% dos parlamentares e prefeitos do PMDB, assim como do Diretório Regional do Partido⁽¹⁹⁾.

Na Paraíba foi realizado o chamado "acordão", ou seja a coligação PMDB/PFL/PDS que lançou a chapa: Carneiro Arnaud (para prefeito pelo PMDB) Cabral Batista (vice pelo PDS).

O governador Wilson Braga lidera as forças políticas do velho PDS e domina o "acordão", sendo seu grande beneficiário. Aliando-se ao PMDB, evita amargar uma derrota perigosa na Capital, de longa tradição oposicionista, às vésperas do pleito de 1986, e mais, aparecerá como principal artífice da vitória se esta acontecer. O senador Humberto Lucena fez o acordo com os antigos adversários na esperança de ser apoiado pelo braquismo na sua candidatura para o governo do Estado em 1986, o que dificilmente acontecerá, por contrariar interesses partidários do velho PDS.

O desconforto do PMDB com a proeminência de Braga já tem se manifestado publicamente nos comícios dos bairros da Capital.

O principal adversário do "acordão" é o candidato do

¹⁸ Os outros estados que mantiveram a aliança PMDB/PFL foram Amazonas e Rio Grande do Sul.

¹⁹ Folha de São Paulo, 18 de agosto, 1985. p. 11.

PTB Marcus Odilon, o deputado mais votado do PMDB nas eleições de 1982, apoiado pelo ex-governador Tarcísio Burity, o mais votado deputado federal da Paraíba em todos os tempos, com seus 178.000 votos nas eleições de 1982. O vereador Arroxelas, também o mais votado do PMDB, apoia igualmente Odilon, assim como o PC do B. O PCB, apoia o "acordão".

No Rio Grande do Norte e Alagoas houve coligação PDS/PFL, reconstituindo-se também o pedessimo em tórno das respectivas candidaturas de Vilma Maia e João Sampaio.

O PMDB aparece como favorito em 13 capitais, entre elas seis do Nordeste: Salvador, Fortaleza, Natal, Maceiõ, Aracajú e Teresina (20).

No Recife só o racha do PMDB é que impedirá a vitória do partido, ao menos formalmente.

O voto urbano é tradicionalmente oposicionista, porém é prematuro qualquer diagnóstico.

Com a Nova República retoma-se o processo político interrompido em 1964. Até o presente momento 30 partidos estão habilitados para disputar as próximas eleições municipais no Brasil. Alguns são provisórios, talvez não conseguirão satisfazer a nova Lei dos Partidos Políticos que deverá ser aprovada após o pleito municipal pelo Congresso.

E necessario esperar que finde a natural decantação que definirá o novo realinhamento partidário. No futuro, numerosos fatores influirão neste realinhamento: as novas regras do jogo político ditados pela Constituinte, os resultados das eleições municipais, da eleição presidencial e o conseqüente perfil da conjuntura nacional serão decisivos.

Qualquer mudança nas relações Estado/Região será fundamental no posicionamento político das elites nordestinas. Vale como exemplo a reação dos produtores nordestinos face a devassa e consequente proposta de extinção promovida no IAA pelo Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão.

1. Rastros da Tragédia
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - agosto/83
2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil
Claudio Antonio Gonçalves Egler - setembro/83
3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação. Paraíba 1917-1921.
Antonio Albino Canelas Rubim - outubro/83
4. A Contribuição à História dos Socialismos no Brasil: A Construção do Partido Socialista Brasileiro.
Silvio Frank Alem - maio/84
5. O Solo Urbano e Desenvolvimento Capitalista
Tamara Tania Cohen Egler - outubro/84
6. Trabalho. O Capitalismo Adiantado e a Classe Operária. Um Novo Sindicalismo.
Joana Neves - fevereiro/85
7. Sobre Bananas e Bananeiros. Produção Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos Lima - janeiro/85
8. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - fevereiro/85
9. A Igreja Popular na Imprensa Paulista
Joana Neves - fevereiro/85
10. A Fome não tem Partido
Maria Nelly Cavalcanti - setembro/85
11. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História.
Maria das Dores Limeira
Zeluiza da Silva Formiga - abril/86